

**A EXPERIÊNCIA NEOLIBERAL NA AMÉRICA LATINA E O EXEMPLO
MEXICANO: UMA DÉCADA DE PROMESSAS NÃO CUMPRIDAS.**

Antonio Santos Filho

RESUMO

No trabalho procuramos entender a gênese do neoliberalismo e examinar sua implantação na América Latina, o México tomado como exemplo. Ligado visceralmente aos Estados Unidos da América (EUA), aquele país seria um espelho das práticas neoliberais do Consenso de Washington. Hoje, conhecidos os seus discutíveis resultados, nas dimensões social e político-econômica, faz-se necessário questionar por que o neoliberalismo decepcionou a maioria dos países latinos não atingindo os objetivos prometidos.

Palavras-chave: Neoliberalismo; América Latina; México; Consenso de Washington.

INTRODUÇÃO

O Liberalismo Clássico nasceu após a revolução burguesa na Inglaterra¹, quando as instituições se adaptaram a uma nova organização baseada na propriedade e um conjunto de idéias foi produzido para justificar essa nova ordem, ressaltando sua diferença da servidão. Dos pilares constitutivos da ordem capitalista, propriedade e liberdade, o liberalismo se tornou a ideologia da nova sociedade burguesa.²

O Estado Clássico e democrático surge como reação contra o Estado absoluto e está ligada a dois episódios históricos culminantes: a revolução inglesa do século XVII e a revolução francesa. Dessas revoluções, um dos propósitos era encontrar a cura para o absolutismo do príncipe. Foi a tradição do pensamento inglês que deu maior contribuição para a solução de tal problema com o movimento conhecido como “constitucionalismo”.³

No século XVIII a liberdade individual justificou-se plenamente na Economia⁴, “num Estado hipotético habitado por caçadores, que trocam entre si seus diversos produtos, resultado de diferentes trabalhos.”. Agora a relação de troca fundamenta-se na quantidade

de trabalho que nela é contida e a liberdade de produção é inerente aos produtores que objetivam abastecer o mercado satisfazendo as necessidades da sociedade. Há, nesse estado, uma ausência total de regulação externa.

É nesse contexto que o ou capitalismo se torna hegemônico, pois, além de justificar a propriedade, o lucro e a exploração entre as classes sociais vão influenciar sobremaneira na separação entre o que se passou a considerar pertencente à esfera pública e ao mundo privado. É na formação dessa nova sociedade que o pensamento liberal vem legalizar o livre-mercado e o Estado mínimo, - conceitos caros ao capitalismo, este objeto de profunda análise e contestação por Karl Marx no século seguinte.

Do ponto de vista da história do pensamento econômico, o mundo liberal se realiza inteiramente no século XIX, pela premência do chamado *laissez-faire*, estendendo-se até o século XX, mais precisamente, até 1929, quando a depressão econômica⁵ faz o liberalismo declinar profundamente:

É quando ocorre a quase supressão do liberalismo, em razão da completa disfuncionalidade da economia capitalista e do surgimento de alternativas tanto ao capitalismo (socialismo russo, 1917) como ao liberalismo (a ascensão dos regimes antiiluministas, antiliberais e antiindividualistas encarnados no fascismo e no nazismo dos anos 1920 e 1930).⁶

Reconstruir as economias após a Segunda Guerra Mundial e afastar os temores em relação ao projeto socialista, então uma alternativa real ao capitalismo, serviram de mote ao consenso keynesiano⁷ formado na década de 1950, onde o Estado apareceu como um agente econômico particular, emissor e receptor de fluxos que atravessavam toda a economia nacional. Sua intervenção assumiu um caráter legítimo, não mais em tempo de guerra apenas, mas também em tempo de paz, para sustentar o crescimento econômico.⁸

Forjou-se então a base do Estado de Bem-Estar⁹ que por três décadas sucessivas cumpriu nos Estados capitalistas desenvolvidos distintas funções estratégicas, todas consagradas ao enfrentamento da pobreza, do desemprego e da desigualdade, bem como, procurou-se adotar políticas de combate às iniquidades no capitalismo, por meio do sistema educacional e da regulação do patrimônio e do fluxo de renda.

A América do Sul teve também uma participação bastante ativa nesse processo desenvolvimentista, pois tivemos a criação da CEPAL,¹⁰ como uma entidade que sempre buscou alternativas de desenvolvimento para os seus países membros, adotando uma linha de ação própria baseada no modelo agro-exportador como alavanca de crescimento e daí passando à fase de industrialização. A chegada de outra crise mundial, em 1973, com a ascensão dos preços do petróleo pressionado pelos países produtores - quando todo o mundo capitalista avançado cairia numa longa e profunda recessão, com baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação - foi a oportunidade para as idéias neoliberais atingirem novos ouvidos.

O NEOLIBERALISMO

O neoliberalismo se fundamenta num conjunto de idéias criadas na década de 1940, quando o capitalismo de Estado keynesiano começava a imperar – foi uma reação¹¹ teórica e política veemente contra o Estado intervencionista, combatendo de modo incisivo a participação do Estado como agente limitador dos mecanismos de mercado, cujas limitações eram denunciadas como uma ameaça letal à sociedade, não somente econômica, mas também política. Resgatando parte do liberalismo clássico, o novo sistema incorporará aquelas idéias para contrapor-se às práticas protecionistas largamente utilizadas no período pós-guerra – pelas três décadas seguintes não passará de mais uma teoria.

Os governos Thatcher na Grã-Bretanha, em 1979, e Reagan nos EUA, em 1980, comandaram verdadeira guerra ideológica com o fim de espriar “reformas orientadas para o mercado”. O capitalismo popular de Thatcher e a reaganomics de Reagan:

Uma, implicou a privatização de empresas estatais vendendo suas ações ao cidadão comum, pulverizando-as ao máximo. Além disso, equipamentos sociais, como habitações populares e outros, gerenciados pelo Estado, saíram da esfera estatal.

Outra, fez-se pela contínua diminuição de impostos e de funções sociais do Estado, valorizando a retórica de que o mercado-livre produziria mais oportunidades e riquezas. E o Estado interventor, também quanto aos capitais financeiros, aparece como óbice ao desenvolvimento das potencialidades individuais, que se expressariam no mercado.¹²

O neoliberalismo percorreu um caminho perfeitamente identificável: no Chile a primeira experiência após 1973; Thatcher e Reagan, em 1980-81; as conversões da Europa, anos de 1980: Mitterand na França, González na Espanha, Soares em Portugal; novos governos da Europa do Leste e Rússia, a partir de 1991, e da Europa ocidental, a partir de 1992; a as conversões da América Latina a partir do final dos anos 1980: Salinas no México, Menem na Argentina, Fujimori no Peru, Collor no Brasil, e outros.

CONSENSO DE WASHINGTON – RECEITA PARA OS LATINOS

Na América Latina os países em desenvolvimento haviam recorrido a um forte protecionismo e intervenção estatal (o modelo de substituição de importações) como forma de se desenvolver no pós-guerra; a instabilidade econômica dos anos 1980, com retrações nas taxas de crescimento e aceleração inflacionária, no bojo da crise da dívida externa, mudou o cenário. Colocava-se para esses países um cenário de ineficiência da estrutura econômica pela baixa exposição à concorrência internacional e pela forte presença do Estado. O diagnóstico destas reformas pró-mercado surge nos países desenvolvidos e ganha força na década 1980:

(...)mas não se verifica uma implantação *in totum* destas medidas nesses países. Pelo contrário, as reformas foram adotadas com uma voracidade muito maior nos países em desenvolvimento – destaca-se o caso do Chile a partir de 1973, quando se inicia o regime militar, e que se constituiu em um verdadeiro laboratório das propostas neoliberais.¹³

O México e a Argentina nos inícios dos anos 1980 praticamente abandonam o projeto desenvolvimentista, adotando algumas práticas neoliberais. Mas a América Latina vai adotar plenamente o neoliberalismo somente no final dos anos 1980 e para isso contou-se com um programa de medidas elaborado em 1989, conhecido como Consenso de Washington¹⁴ – logo adotado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e demais instituições financeiras americanas. É o receituário neoliberal de dez pontos, em síntese um:¹⁵

(...)programa de políticas fiscais e monetárias associadas a um conjunto de reformas institucionais destinadas a desregular e abrir as velhas economias desenvolvimentistas, privatizando seus setores públicos e enganchando seus programas de estabilização na oferta abundante de capitais disponibilizados pela globalização financeira. [...] No final dos anos

oitenta sobravam muito poucos na América Latina que não estivessem convencidos que a crise dos anos oitenta tinha sido produzida pelos excessos estatais, ainda quando, à diferença dos países industrializados, estes excessos não pudessem ser atribuídos à extensão dos direitos e dos sistemas de proteção social que quase não existiam, nem tampouco ao excesso de demandas democráticas, uma vez que quase todos estes países vinham sendo governados há muito tempo por regimes autoritários muito pouco sensíveis aos apelos populistas.

As idéias do Consenso influenciaram reformas econômicas em muitos países, mas sua interpretação e formas de implementação variaram bastante; por isso as recomendações originais do Consenso de Washington reinariam sem contestação por pouco tempo:

Mudanças no cenário político e econômico internacional e novas condições internas aos países em transição criaram problemas que até mesmo os proponentes originais do Consenso não previram, demandando, assim, a busca de novas respostas. Algumas destas respostas complementavam as recomendações do Consenso de Washington. Outras, entretanto, contrariavam suas recomendações. Assim, os governos reformistas se deram conta de como metas políticas, que alguns anos ou meses antes eram consideradas a última etapa do processo de reforma, tornaram-se meras precondições para o seu sucesso. Novas metas, mais complexas e menos tangíveis foram incluídas na lista das condições necessárias para um desempenho econômico aceitável. Se isto era para ser o Consenso de Washington, imagina o que não seria a Confusão de Washington.¹⁶

O neoliberalismo oferecia, portanto, uma espécie de temário máximo, onde os governantes escolhiam os temas mais oportunos, segundo suas conveniências conjunturais, políticas ou administrativas, o que foi altamente funcional, pode-se dizer *à la carte*.

EXEMPLO MEXICANO

Diz-se que o presidente Clinton, no primeiro mandato, não visitou nenhum país da América Latina; não era preciso, pois se tratava de um continente “comportado”, fiel à cartilha neoliberal. Nem mesmo o fez durante e logo após a grande crise mexicana de 1994, quando vieram à luz as mazelas do neoliberalismo, e o governo americano trata a questão à distância, embora atuando para que ela fosse solucionada rapidamente.

Mas foi um tanto sintomático que o ‘triumfo’ dos neoliberais só tenha ocorrido numa época de derrotas da esquerda, coincidindo com a reunificação alemã (a queda do muro de Berlim) e com a desestruturação da URSS - estavam então escancaradas as portas para o projeto neoliberal, que encontrou livre acolhida para sua hegemonia latina, onde somente Cuba parece ter ficado imune à nova ideologia.

A implementação do neoliberalismo no México, pelo governo Salinas a partir de dezembro de 1988, fez-se de modo tão “competente” que o país foi aceito, em 1994, membro da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma união de potências ricas, ou seja, um clube para países do primeiro mundo – ainda hoje, é único país latino americano a participar desse seleto clube.

Por tudo isso o México torna-se na ocasião a vitrine do neoliberalismo, verdadeiro espetáculo de credibilidade, também convidado para o Acordo de Livre Comércio para a América do Norte (NAFTA); seu ministro da Fazenda da época é candidato a prêmio Nobel de economia, e até Salinas, o presidente-economista, lança-se candidato a membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), ao final de seu mandato presidencial.

Ironia do destino, é também no México, primeiro país latino a adotar a inserção passiva do neoliberalismo (passiva por escolha, dentre um leque de opções alternativas outras), que surgiria a primeira reação de dimensões internacionais contra o neoliberalismo – foi quando a crise de 1994 trouxe os zapatistas de Chiapas ao cenário mundial.

Este é um preâmbulo necessário para enfatizarmos a importância desses recortes lógico, temporal e espacial ao problematizarmos a questão neoliberal no México e que nos auxiliarão na compreensão de outros processos de implementação e de resistência ao neoliberalismo, subseqüentes em quase todo o continente latino-americano. Argentina, Peru, Bolívia e Equador são alguns países onde após a experiência neoliberal, as crises econômicas, políticas, e principalmente sociais emergiram – porque as estruturas da sociedade se fragmentaram ainda mais, com grandes massas da população excluídas de direitos elementares – tudo oposto às promessas neoliberais. Outros Estados como Nicarágua, Venezuela, Haiti, Uruguai, Paraguai, dentre tantos, teriam sido levados a adotar medidas que o FMI e o Banco Mundial preconizavam, a fim de equacionar um Balanço de Pagamentos que não fechava por causa de uma Balança Comercial deficitária - o Brasil de

FHC¹⁷ tinha um discurso diferente na época, onde o governo negava com alguma veemência que praticasse o neoliberalismo (julgava-se um governo de orientação desenvolvimentista), embora tivesse tentado a privatização (entre tantas outras que foram feitas!) até mesmo de sua estatal de petróleo, atitude que nem o México ousou tomar.

O Estado democrático mexicano apresentou uma relativa estabilidade política na segunda metade do século XX: o Partido Revolucionário Institucional (PRI) permanece no poder mexicano por mais de sessenta anos, tendo iniciado sua longa hegemonia durante a Segunda Guerra Mundial, e é apeado do poder somente no ano 2000, quando o presidente Vicente Fox Quesada assumiu o poder pelo Partido de Acción Nacional (PAN), numa virada espetacular na política mexicana.

Durante todo esse período a “democracia” mexicana funcionou, com os governantes sendo eleitos por mandatos de seis anos, sem direito à reeleição, que eram vencidas sempre pelo mesmo partido. Trata-se de uma situação sui generis na América Latina, pois a maioria, senão todos os outros países latinos, experimentaram algum tipo de ditadura no período em questão, em maior ou menor grau.

O processo de mudanças na economia do México inicia-se em 1983, no governo de la Madrid, incipiente na redução das formas de intervenção do Estado na economia, estratégia esta que visava à maior atuação às forças livres do mercado, traduzidas por:¹⁸

- Privatização de um grande número de empresas pública;
- Diminuição do gasto social e dos investimentos;
- Mudança nos esquemas de financiamento; e
- Maior presença das forças de mercado livre.

Esse processo continuou no governo de Carlos Salinas de Gortari (1988-94), quando o México efetivamente se torna o primeiro país latino a aplicar em sua economia o modelo recomendado pelo Consenso de Washington, buscando promover as políticas de crescimento acelerado. Para tanto, o governo desincorporou-se de atividades produtivas em que a falta de investimentos comprometeria seu desenvolvimento – isto visava o fortalecimento das finanças públicas assegurando assim a continuidade dessas atividades

mediante a inversão de capital privado. Exemplos destas privatizações foram a telefonia, os bancos e a aviação. Duas importantes constatações se percebem nessa etapa:¹⁹

1. Se bem que no governo Salinas tenha ocorrido a privatização de um número menor de empresas do que no governo anterior, agora o ingresso de capital foi muito maior (devido ao tamanho e à natureza das empresas), e este dinheiro foi utilizado quase que exclusivamente na amortização da dívida pública.
2. As atividades que essas empresas privatizadas assumiram estavam a exigir uma regulamentação por parte das autoridades, fundamental para seu desenvolvimento. Os ganhos em eficiência produtiva após privatização dependiam da qualidade dessa regulamentação e dado que em alguns casos as empresas foram privatizadas antes da reforma da regulamentação aplicável, que já não era a adequada, os efeitos da privatização não se fizeram sentir, a nível microeconômico, no funcionamento das mesmas.

Até 1993, o governo mexicano já havia vendido 80% de suas indústrias a investidores privados, totalizando cerca de 21 bilhões de pesos mexicanos (Me\$), reduzindo a inflação de 150% para 10% ao ano. Mas não se tomaram efetivamente medidas para reduzir a dívida pública (um dos dez deveres de casa da cartilha do Consenso neoliberal).²⁰

Foi ainda no governo Salinas que o México firma o tratado NAFTA com o Canadá e os EUA, em vigência desde janeiro de 1994, na época a maior zona de comércio livre do mundo. Esse acordo não beneficiaria igualmente os três países. Os EUA são favorecidos, até hoje, pela utilização de mão-de-obra mexicana, mais barata, e pelos incentivos fiscais para a instalação de indústrias no México. Por sua vez, aumentou a entrada de imigrantes mexicanos nos EUA, à procura de melhores condições de trabalho e remuneração, criando problemas com os sindicatos e associações operárias norte-americanos.²¹

O México, o único caso latino-americano de produção industrial integrada com os EUA, após NAFTA encontra-se estruturalmente contido por uma avalanche de importações a cada acréscimo do produto: isso ocorre não apenas nos setores industriais integrados, mas também na agricultura de alimentos.²² Essa integração vai reeditar uma forma moderna e industrial de “plantation” articulando-se para fora e cedendo os ganhos

de produtividade.²³ Em outras palavras, todas as possíveis vantagens da zona de livre comércio iriam para os norte-americanos.

Esta experiência foi decisiva para que na América Latina não vingasse uma outra proposta feita pelos EUA, elaborada em 1994, para a formação do tratado Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que envolveria todos os países da América, à exceção de Cuba, descartado logo de início pelo governo dos EUA. Após treze anos de seu delineamento pelos americanos, o projeto não foi avante, rejeitado pela maioria dos países, e onde o Brasil teve papel atuante ao marcar sua posição. O que tem acontecido, desde então, são acordos bilaterais, que levam em conta os interesses dos países envolvidos.

O governo seguinte, de Ernesto Zedillo Ponce de Leon (1994-2000), também um economista de formação, tal qual o antecessor Salinas (Fernando Collor, do Brasil, foi outro presidente também economista de formação), anuncia intenção de prosseguir a privatização de empresas públicas, a fim de terminar seu mandato com a estratégia de mudar a estrutura da economia mexicana, que incluía entre outras: transportes (trens, portos e aeroportos), comunicações (satélites e os serviços de valor agregado), energia elétrica e a petroquímica secundária.²⁴ Nesse processo preservou-se a Pemex, a grande estatal de petróleo mexicano, que atualmente (2007) é a 10ª maior companhia petrolífera mundial, à frente da Petrobras brasileira que ocupa a 12ª posição.

Mas o presidente Zedillo recebeu o governo mexicano mergulhado em grave crise econômica e financeira (inflação em alta e déficit orçamentário elevado), e as medidas de austeridade que tomou acabaram caindo, como sempre, sobre as camadas médias e pobres da população. O receituário para a crise foram os remédios que o FMI aplicava de forma padrão a todos os países aos quais fazia empréstimos: aumento das tarifas públicas e arrocho salarial da classe trabalhadora.

Essa crise, gestada no governo Salinas, levou o México em dezembro de 1994 à plena recessão econômica, agravada pela desvalorização do peso mexicano, que se traduziu em perda de bilhões de dólares em divisas e fuga do capital estrangeiro – o nome dado à crise foi *Efeito Tequila*,²⁵ ou seja, o efeito do dia seguinte do neoliberalismo.

Foi uma situação bastante constrangedora, pois o governo que saía deixava a crise para o governo entrante, a qual veio à tona justamente no mês de posse de Zedillo (no México os presidentes assumem o mandato em 1º de dezembro). O governo norte-americano nesse caso agiu com destreza (o que não faria no caso da crise Argentina mais adiante), o próprio presidente Clinton atuando para solucionar rapidamente a crise, liberando o fornecimento de novos empréstimos ao México da ordem de 50 bilhões de dólares, contribuindo para elevar ainda mais a sua dívida externa.

Percebemos então tratar-se de uma crise anunciada, pois já em janeiro de 1994, um grupo de indígenas, membros do intitulado Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), ocupou 4 povoados no extremo sul do México, no estado de Chiapas. Suas demandas mais urgentes na ocasião eram:

a autonomia, a restituição de terras, o estabelecimento de um regime democrático, assim como o estabelecimento de serviços de saúde e educação para a população indígena.²⁶ O grupo auto denominou-se “zapatista” em memória do líder campesino Emiliano Zapata e, apesar das tropas do governo terem recuperado rapidamente o território ocupado e tido acordado um cessar fogo, o EZLN provocou uma situação que levou a debates prolongados sobre as demandas formuladas.²⁷

Enquanto a crise mexicana oferecia sintomas de melhoria, em 1996, novos grupos rebeldes surgiram, como o Exército Popular Revolucionário (EPR), concentrado no estado de Guerrero, vizinho ao estado dos zapatistas, ao mesmo tempo em que o governo permite a ação de grupos paramilitares que agem contra camponeses e indígenas suspeitos de ligações com a guerrilha. No natal de 1997 ocorreu o massacre de 45 camponeses indígenas, maioria mulheres e crianças, no estado de Chiapas, o que gerou protestos do resto do mundo, inclusive do Papa João Paulo II:

A alegria destas festas natalinas foi turvada por um cruel episódio ocorrido em uma igreja da diocese de San Cristóbal de las Casas, no México. Várias pessoas que rezavam foram assassinadas às vésperas do Natal. Com o ânimo profundamente atormentado, peço pelas vítimas e imploro a Deus que console os parentes e a comunidade católica, que já sofreram tantas adversidades.²⁸

Essas reações violentas dos grupos paramilitares vêm no bojo de uma crise maior, traduzidas no fracasso das propostas neoliberais implementadas pelo México, que não permitiram superar nem a pobreza e nem a exclusão social, apesar de se ter gasto mais em programas sociais, porém descoladas de uma política de crescimento sustentável.²⁹

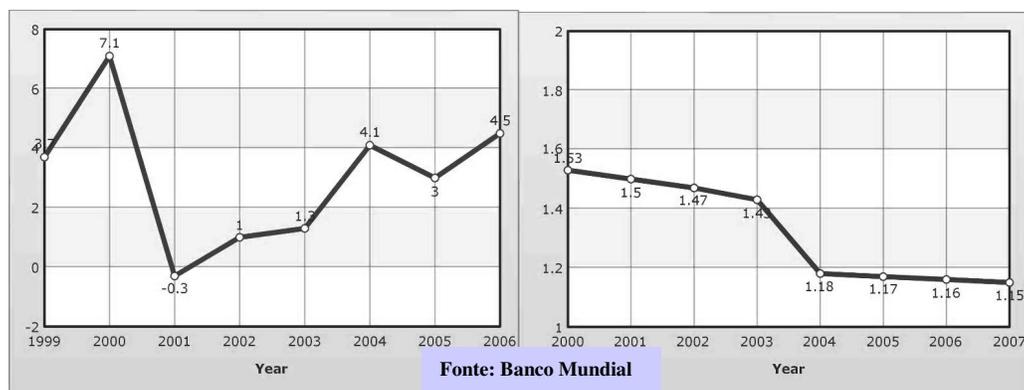
MÉXICO HOJE

Uma análise atual das peripécias neoliberais mexicanas indica que, após dezessete anos, houve um crescimento médio real de ordem de 3,6% a.a. em todo o período (há variações acentuadas da média, gráfico I), e que foi acompanhado por um forte incremento das exportações, as quais aumentam cinco vezes no período, como veremos adiante. Para tanto a participação do NAFTA foi fundamental pois garantiu aos produtores mexicanos o acesso sem cotas ou tarifas ao mercado dos EUA, o maior consumidor mundial.³⁰

Esses ganhos de eficiência deveriam ter gerado maior crescimento da produtividade mexicana, com ganhos de renda real para os mais de 108,7 milhões de mexicanos (a taxa de natalidade decresce desde 2000, gráfico I), o que entretanto não aconteceu – a renda per capita nominal aumentou algo da ordem de 15% no período, acompanhando outros países latinos, como o Brasil por exemplo. A renda per capita vem a representar o valor final de bens e serviços produzidos no país a cada ano, o Produto Interno Bruto (PIB), dividido pela população desse mesmo ano. O PIB é expresso em dolares com base nas taxas de câmbio correntes do mercado de moeda.

Gráfico I – crescimento PIB

taxa natalidade mexicana



Atualmente, o México apresenta renda per capita (corrigidos pela Paridade do Poder de Compra – PPP, onde se levam em conta os preços dos serviços internos de cada país, como por exemplo o custo de mão-de-obra, ou o preço da moradia) de pouco mais de 11.000 dólares, inferior à de muitos outros países da América Latina -Argentina, Chile, Uruguai e até mesmo Costa Rica - estando logo acima do Brasil na ordem classificatória, conforme a tabela I apresenta:

Nesse mesmo período a desigualdade só fez aumentar no México em relação aos EUA, e o seu ritmo crescente indica que a maioria dos mexicanos não está com a vida melhor do que antes – a maior parte dos casos de sucesso aponta para o aumento de renda e padrões de vida das famílias cujos parentes migraram para os EUA e que remetem algum dinheiro de volta para o México.

A análise de De Long³¹ fica ainda mais interessante e se torna perspicaz quando ele constata que o México alcançou um ambiente macroeconômico estável, com políticas fiscais, inflação baixa e sob controle, risco-país reduzido, força de trabalho flexível e um sistema bancário forte e sem problemas de solvência, com as altas rendas de petróleo irrigando a economia, e muitas outras conquistas. Isto nos lembra que o caso brasileiro atual é muito semelhante, onde o governo Lula apregoa com propriedade as mesmas conquistas – será que nós poderíamos, a partir daí, dizer que a situação brasileira trilhou mesmos caminhos do México? Não pensamos assim, mas isto é um assunto para outros debates, que aqui não cabe por falta de espaço e nem ser objeto de análise.

Tabela I - Renda per capita (doláres PPP); população Estados Americanos

	2005	2006	2007	População
América do Norte				
1 United States	41.197	43.444	45.176	301.139.947
2 Canada	33.779	35.494	36.821	33.390.141
3 Mexico	10.615	11.249	11.761	108.700.891
América do Sul				
1 Argentina	14.481	15.937	17.062	40.301.927
2 Chile	12.134	12.983	13.804	16.284.741
3 Uruguay	10.819	11.646	12.380	3.460.607
4 Brazil	8.657	9.108	9.531	190.010.647
5 Colombia	7.620	8.091	8.452	44.379.598
6 Venezuela	6.606	7.166	7.431	26.023.528
7 Peru	6.249	6.715	7.085	28.674.757
8 Suriname	5.918	6.276	6.591	470.784
9 Paraguay	5.052	5.277	5.491	6.669.086
10 Guyana	4.568	4.851	5.137	769.095
11 Ecuador	4.553	4.776	4.960	13.755.680
12 Bolivia	2.767	2.904	3.017	9.119.152
América Central				

1	Costa Rica	10.773	11.606	12.170	4.133.884
2	Panama	7.790	8.389	8.926	3.242.173
3	Belize	7.388	7.760	7.872	294.385
4	El Salvador	5.270	5.515	5.727	6.948.073
5	Guatemala	4.133	4.317	4.465	12.728.111
6	Nicaragua	3.685	3.844	3.995	5.675.356
7	Honduras	2.983	3.131	3.260	7.483.763
Caribe e Antilhas					
1	Bahamas, The	19.391	20.507	21.607	305.655
2	Barbados	17.756	18.857	19.985	280.946
3	Trinidad and Tobago	15.105	17.451	18.996	1.056.608
4	Dominican Republic	8.268	8.851	9.349	9.365.818
5	St. Lucia	6.559	7.141	7.510	170.649
6	Dominica	6.380	6.764	7.110	72.386
7	Jamaica	4.257	4.482	4.691	2.780.132
8	Cuba	3.000	3.500	4.100	11.394.043
9	Haiti	1.773	1.835	1.906	8.706.497

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial.

Apesar de tudo isto, apesar dessas vitórias no campo econômico, ainda persiste no México o baixo nível de escolaridade (não se trata aqui de analfabetismo!), com muitos jovens futuros profissionais sem educação formal quando comparados aos colegas profissionais mais idosos, por terem pouco treinamento nos locais de trabalho. Isto aliado às altas cargas de burocracia encontradas nas empresas, com juizes e policiais envolvidos em práticas de corrupção, e um setor informal da economia em ritmo crescente – tudo levando a uma baixa produtividade, que reduz a base tributária e acarreta elevação das alíquotas de impostos sobre a economia.

A grande questão que se coloca é se todas estas falhas estruturais na economia mexicana, apontadas pela própria OCDE, não seriam suficientemente neutralizadas pelas vantagens geográficas que o México desfruta por ser vizinho do grande irmão norte americano, e ainda acalentado pelos vigorosos benefícios das políticas neoliberais?

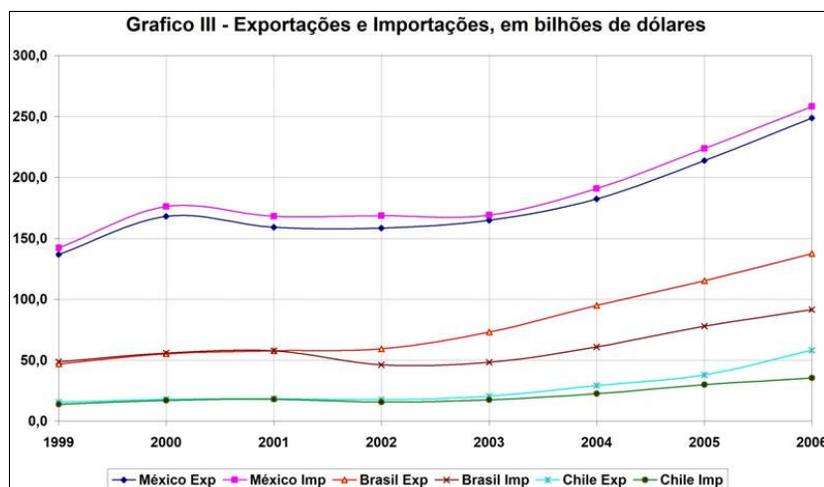
Parece que não, e a dura realidade dos fatos indica que a evolução da esquerda na virada do século XXI foi o caminho alternativo encontrado pela sociedade, como ocorreu na Venezuela, como ocorreu no Uruguai, e como ocorre no Brasil e Argentina. Um socialismo à esquerda, na linha bolivariana, conforme prega o presidente Chavez da Venezuela, mas não comunista, tal qual o adotado pelo regime Cubano.

Por tudo isto é que o Tratado ALCA foi recentemente rejeitado por quase todos os países latino americanos, menos por ser um projeto do governo norte-americano, e mais por todas as experiências e evidências que mostram os outros caminhos alternativos que se

pode tentar. Além do mais as ações da OMC, pós-globalização, têm-se tornado muito mais efetivas em termos de resultados de negociações, o que lhe deu uma credibilidade que não havia antes de 1994 (quando de sua criação na rodada Uruguai), tanto na regulação do comércio mundial como na solução das controvérsias comerciais – a consequência imediata é que acordos bilaterais entre países tem sido uma prática corrente e cada vez mais adotadas nas negociações comerciais.

É compreensível que todos queiram negociar e vender para os norte-americanos – o próprio presidente Hugo Chavez da Venezuela, numa entrevista para a televisão brasileira em campanha pelo bolivarianismo, buscando caminhos alternativos para o neoliberalismo, não deixa de mencionar os altos investimentos que o governo venezuelano fez nos EUA, onde é dono de várias refinarias de petróleo e de outros investimentos. Apesar de os EUA não serem o principal parceiro das exportações venezuelanas (somente 24% do montante, em dólares, das exportações venezuelanas vai para os EUA - o grosso das exportações da Venezuela vai para as Antilhas e Bermudas, 55%), ele ainda é o principal parceiro das importações venezuelanas (31% importações Venezuela vêm dos EUA).

Para fins de comparação, temos que a relação de comércio México – EUA é da ordem de 78% (das exportações) e de 62% (das importações). E o Brasil tem as seguintes relações comerciais com os EUA: 18% (das exportações) e 21% (das importações) – nas duas vias comerciais trata-se da maior parceria brasileira, mas o Brasil tem um número maior de parceiros comerciais do que os outros países da América Latina têm, concorrendo neste aspecto com o Chile. Essa diversidade de parceiros é um dos pontos que diferenciam o panorama econômico do México dos outros países latino-americanos. Estas comparações se tornam mais interessantes quando observamos o gráfico III abaixo, que mostra a balança comercial deficitária do México, ao longo de anos.



Fonte: elaboração a partir de dados do Banco Mundial.

O montante de exportações e importações do México é praticamente o dobro do que o Brasil obtém no seu comércio internacional, porém o saldo líquido da balança comercial é desfavorável ao México, que importa muito mais do que exporta para os EUA. Esta é a armadilha que os estados latino americanos não aceitaram, quando todos recusaram o tratado ALCA, conforme mencionamos anteriormente. O Chile também tem conseguido rendimentos positivos no equilíbrio em sua balança comercial, conforme vemos no gráfico, e tal fato de se deve à sua relativa independência do mercado americano, pois tem uma relação comercial bem diversificada, tal qual o Brasil.

Ampliando nosso espectro de análises, tome-se a situação da Argentina, o país de maior renda per capita do continente latino americano, em muito semelhante à situação do Chile, no saldo positivo de sua balança comercial. A Argentina atualmente tem no Brasil o seu maior parceiro comercial: exporta cerca de 17% para o Brasil e somente 8,4% para os EUA – do lado das importações, 36% vêm do Brasil e somente 15% dos EUA. Este é um resultado de comércio que não deixa de ser significativo, ainda mais quando sabemos das rivalidades entre os dois países na busca hegemônica pela América do Sul.

Aqui sobressai a importância do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Aliança Comercial idealizada em 1988 e pactuada em 1991, tendo como membros signatários Argentina, Uruguai, Brasil e Paraguai e que mais tarde adquiriria o status de Região Aduaneira. Em 2006 a Venezuela também aderiu e assinou o tratado, enquanto que

a Bolívia e o Chile participam como membros associados. Embora o MERCOSUL tenha passado por uma crise em 2001-2002, devido aos problemas argentinos, é uma zona de comércio a ser levada em consideração pelos outros países, a nível mundial.

A participação do México como membro do MERCOSUL chegou a ser discutida em 2004, porém o assunto envolvia negociações outras que estavam em andamento, como o projeto ALCA do governo americano, e a própria participação do México no NAFTA, o que resultou num relaxamento da idéia, por enquanto postergada.

O México possui hoje em dia indústria e agricultura modernas, controladas na sua quase totalidade pela economia privada, conquanto apresentem ainda muitas características de obsolescência apesar de todos os investimentos norte-americanos. As competições existem nos setores de transporte aeroviário, ferroviário e portuário, bem como em outros serviços como telecomunicações, geração de energia elétrica e distribuição de gás natural. O recente governo de Felipe Calderon, empossado em dezembro de 2006, enfrentará os mesmos desafios dos governantes anteriores, que é a melhoria da infra-estrutura, a fim de modernizar o sistema de impostos e as leis trabalhistas, e cumprir as promessas eleitorais de reduzir a pobreza pela melhor distribuição de renda e de criação de novos empregos.

CONCLUINDO

Os resultados das políticas do Consenso de Washington não foram os esperados pelos mexicanos, após anos de hegemonia neoliberal, caso contrário milhões de pessoas não teriam abandonado o seu país em busca de empregos nos EUA - a questão da migração se tornou tão crítica a ponto do governo americano ter imposto uma quota para a entrada de pessoas oriundas do país vizinho, ou mesmo idealizado outros expedientes, como a proposta de construção de muros nas regiões fronteiriças mais críticas.

O neoliberalismo não trouxe para o México o almejado crescimento econômico, e nessa expectativa aprofundaram-se as diferenças de distribuição de renda, aumentando ainda mais a injustiça social naquele país. O NAFTA pode ter sido um ótimo acordo para os EUA, que teve acesso à mão-de-obra mais barata mexicana, apesar do ônus da migração (ou invasão) mexicana, mas para o México a resposta não parece ser óbvia.

Podemos então questionar: não teria o México se tornado um Estado mais justo e equânime caso tivesse trilhado um caminho diferente da solução neoliberal oferecida pelo NATFA e suas reformas associadas, todas elas ligadas ao Consenso de Washington?

Aparentemente esta resposta já nos foi dada, de modo cristalino, quando a maioria dos países latinos americanos recusa a proposta do ALCA, porque ali enxergaram uma possível repetição do que aconteceu com o México, que se tornou um mercado cativo dos EUA, inclusive com saldos desfavoráveis na relação comercial.

Da experiência mexicana também surgem outras questões que a privatização e o mercado não solucionaram – como exemplo o caso da Argentina, com as privatizações em massa promovidas por governo Menem e sua dolarização da economia, quando o parque industrial foi praticamente sucitado em menos de uma década e a “exposição ao mercado” levou a Argentina a se tornar um país onde quase tudo se importava.

O que certamente podemos concluir é que no plano social, após quase duas décadas das políticas neoliberais, cresceu o desemprego e a concentração da renda – parece que em todo lugar, o modelo teve o mesmo efeito, o que em certo sentido mostra que se tratava de um modelo consistente - isto não se lhe pode negar.

O ponto de partida para esta nossa reflexão foi o evidente fracasso do neoliberalismo como solução para os problemas que ensejava combater. Depois de uma hegemonia de quase duas décadas, os neoliberais, com suas idéias e suas políticas, se encontram hoje na posição defensiva, e poucos assim se identificam, enrustidos que ficam sob a ameaça de repreensão de seus pares. Mesmo iniciativas incipientes de retomar uma ofensiva neoliberal na América Latina encontram uma resistência obstinada, da qual o presidente venezuelano Chavez é certamente o mais loquaz representante.

NOTAS

¹ A 1ª revolução burguesa do mundo moderno ocorreu na Inglaterra (1640-60) com Cromwell.

² FONSECA, Francisco. *O Consenso Forjado – a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2005. p. 25.

³ HOBBSAWM, E. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 17-20.

-
- ⁴ SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. V. 1 e 2.
- ⁵ A Grande Depressão, iniciada em 1929, com a crise da Bolsa de Nova York em 24 de outubro, foi, possivelmente, o acontecimento econômico do século XX cujas repercussões se fizeram sentir sobre um maior número de homens e mulheres em todo o planeta.
- ⁶ FONSECA, Francisco, *Op. Cit.*, p. 50 - 51.
- ⁷ Após a teoria de John Maynard **KEYNES**, conhecida como Keynesianismo.
- ⁸ BRUNHOFF, S. *A hora do mercado. Crítica do liberalismo*. São Paulo: Unesp, 1991.
- ⁹ É o Estado-Providência que atua como agente de promoção social e organizador da economia.
- ¹⁰ **Comisión Económica para América Latina y el Caribe**, com sede em Santiago do Chile, criada em 1948, a fim de contribuir para o desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações sob suas promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e como as demais nações do mundo. Mais tarde, os países do Caribe passaram a fazer parte da Comissão, bem como se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social.
- ¹¹ HAYEK, F. *O Caminho da Servidão*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura-Instituto Liberal, 1987.
- ¹² *Ibidem*, p. 79.
- ¹³ GREMAUD; P. A. et. al. *Economia Brasileira Contemporânea*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 464.
- ¹⁴ O termo foi cunhado por John Williamson, economista Americano: "*to refer to the lowest common denominator of policy advice being addressed by the Washington-based institutions to Latin American countries as of 1989.*"
- ¹⁵ FIORI, L. F. *Globalização, hegemonia e império*. In: Tavares, Maria da Conceição e Fiori, José Luís. (Org.). *Poder e Dinheiro: Uma economia Política da Globalização*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 121-122.
- ¹⁶ NAÍM, M. *O consenso de Washington ou A confusão de Washington?* Revista brasileira de comércio exterior, ed. 64, jul/set 2000. p. 11.
- ¹⁷ O Brasil adotou sem qualquer dissimulação a cartilha neoliberal durante o governo Collor, mas o governo de FHC negava de modo sorrateiro adotar o neoliberalismo – fazia, quando muito, seria seguir regras do FMI e do Banco Mundial, necessárias para acertar a economia! Esse era o discurso da época, que a oposição de plantão denunciava como caluniosa.
- ¹⁸ GONZÁLES, R. I. Guevara. *Evaluación del impacto de las políticas neoliberales en las políticas de educación pública en México*. In: KON, Anita et. al (org). *Costos Sociales da las Reformas Neoliberales en América Latina*, publicado por PUC-SP, FAPESP, USP e UCV. 2000. p. 187. (tradução minha).
- ¹⁹ KANOV, Alexandr. *La privatización en México Causas y Consecuencias*. In: KON, Anita et. al (org). *Costos Sociales da las Reformas Neoliberales en América Latina*, publicado por PUC-SP, FAPESP, USP e UCV. 2000. p. 197. (tradução minha).
- ²⁰ **Microsoft ® Encarta ® 2008**. © 1993--2007 Microsoft Corporation. Reservados todos los derechos. Edición en español. (tradução minha)
- ²¹ AQUINO, JESUS, OSCAR. *História das Sociedades Americanas*. 10. ed. Rio de Janeiro, São Paulo. Record, 2005. p. 457.

²² MEDEIROS, C. A. . *Globalização e Inserção Internacional diferenciada da Ásia e da América Latina*. In: Tavares, Maria da Conceição e Fiori, José Luís. (Org.). *Poder e Dinheiro: Uma economia Política da Globalização*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 281.

²³ Ibidem, p. 345.

²⁴ KANOV, Alexandr, *Op. Cit.*, p. 198.

²⁵ AQUINO, JESUS, OSCAR, *Op. Cit.*, p. 568.

²⁶ Cabe aqui uma comparação México X Brasil: no primeiro a população indígena (2007) é de 13,0 milhões (12,6 % do total); o Brasil, com base nas estatísticas oficiais, há uma população de 350.000 a 700.000 índios, ou seja, só 0,25 % da população são reconhecidos como indígenas.

²⁷ **Microsoft ® Encarta ® 2008**, *Op. Cit.*

²⁸ AQUINO, JESUS, OSCAR, *Op. Cit.*, p. 569.

²⁹ KANOV, Alexandr, *Op. Cit.*, p. 202.

³⁰ DELONG, J.BRADFORD. *Has Neo-Liberalism failed Mexico*. © Project Syndicate, September 2006. www.project-syndicate.org. Acesso em 05/10/2007. (tradução minha).

³¹ Ibidem.